



ESCOA SECUNDÁRIA VITORINO NEMÉSIO

PCE

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

2019

2020

“ESVN - UMA REFERÊNCIA NA FORMAÇÃO”

PCE

Índice

1. Índice

Introdução

Capítulo I

1. Objetivos do Projeto Curricular de Escola

2. Orientações Curriculares de Ação Programática do PCE

Capítulo II

1. Organização Escolar

1.1. Calendário escolar/horário escolar

1.2. Estrutura e Organização Curricular da Escola

1.2.1. Carga Letiva

1.2.1.1. Ensino Regular

1.2.1.1.1. 3º Ciclo

1.2.1.1.2 Cursos Científico-Humanísticos

1.2.2.. Ensino Recorrente por Blocos Capitalizáveis

1.2.2.1. Básico

1.2.2.2 Secundário

1.2.3. Cursos de ProFIJ

1.2.3.1. Profij II

1.2.3.2 Profij IV

1.3. Distribuição do Serviço Docente

1.3.1. Critérios de distribuição de Serviço Docente

1.3.2. Apoio letivo suplementar

1.3.3. Atividades de Enriquecimento/Complemento Curricular

1.7. Planificação de atividades/calendarização

Capítulo III

1. Aprendizagens: aquisição de saberes e concretização de objetivos

1.1. Enquadramento legal

1.1.1. Enquadramento legislativo regional

1.2. Articulação vertical e horizontal

2. Procedimentos Gerais de Avaliação do Ensino Regular

2.1. Processo de Avaliação

2.2. Modalidades de Avaliação do 3º ciclo

2.3. Modalidades de Avaliação do Ensino Secundário

3. Critérios de Avaliação

3.1. Critérios gerais de avaliação

3.2. Critérios específicos de avaliação

3.2.1. Ensino Básico

3.2.2. Ensino Secundário: Científico-Humanísticos;

3.2.3. Ensino Recorrente por Blocos Capitalizáveis;

3.2.4. Cursos ProFIJ

4. Instrumentos de Avaliação

5. Efeitos da Avaliação

5.1. Ensino Básico

5.2. Ensino Secundário

5.2.1. Exames Nacionais

6. Procedimentos de Avaliação do Ensino Recorrente por Blocos Capitalizáveis: Básico e Secundário

8. Procedimentos a ter em conta pelo Diretor de Turma nas reuniões de Avaliação

9. Atividades de Enriquecimento Curricular

10. Modalidades e Estratégias de Apoio Educativo

Capítulo VI

1. Acompanhamento e Avaliação do Projeto Curricular de Escola

ANEXOS

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I – Desenhos Curriculares dos Cursos ProFIJ

Anexo II – Desenhos Curriculares dos Cursos Profissionais

Anexo III – Plano de apoio educativo

Anexo IV – Critérios para atribuição de louvor

Anexo V – Grelhas de Avaliação das Provas de Avaliação Final – Cursos Profissionais

2. Introdução

O projeto curricular de escola (PCE) é um conjunto de estratégias, opções e linhas orientadoras que a escola, de acordo com o seu próprio contexto, adota e que visam o sucesso educativo, numa ótica anual, devendo para tanto:

- dar respostas aos problemas reais da Escola, integrando e generalizando a ação dos diversos intervenientes;
- tornar a ação pedagógica mais informada e esclarecida;
- promover o desenvolvimento de competências definidas por lei.

Reforçar ou criar uma verdadeira cultura de gestão curricular e uma cultura interdisciplinar, através do trabalho colaborativo e da responsabilização dos órgãos coletivos de gestão pedagógica é, muito provavelmente, o elemento mais determinante do sucesso da mudança que agora se propõe.

Naturalmente, a cada professor, individualmente, cabe a responsabilidade importantíssima de tomar as decisões adequadas e de conduzir o trabalho concreto com os seus alunos, enquadrado pelos órgãos coletivos em que está integrado.

Capítulo I

1. Objetivos do Projeto Curricular de Escola

A principal finalidade do Projeto Curricular de Escola é fomentar práticas educativas, articuladas com o meio escolar, de forma a atingir os objetivos perspetivados nos Currículos Nacional e Regional, bem como no Projeto Educativo da Escola. É função do PCE fornecer linhas orientadoras para que se atinjam perfis educativos direcionados para a melhoria, através do trabalho colaborativo e cooperativo entre toda a comunidade educativa e os seus intervenientes. **ProSucesso?**

2. Orientações Curriculares de Ação Programática do PCE

Formar cidadãos numa perspetiva integral, articulando as dimensões cognitiva, afetiva e cultural.

Promover o sucesso educativo.

Implementar boas práticas pedagógicas, alicerçadas em metodologias adequadas aos contextos das turmas e dos alunos.

Proporcionar um processo de ensino-aprendizagem que articule competências e aprendizagens e seja sustentado em estratégias diversificadas conjugadas com as diferentes modalidades de avaliação.

Propiciar atividades de complemento e enriquecimento do currículo que promovam experiências extracurriculares.

Criar equipas que incrementem a cooperação, a reflexão e os dinamismos educativos na comunidade escolar.

Organizar atividades de apoio de alunos.

Capítulo II

1. Articulação do Conselho Pedagógico, Departamentos e Conselho de Turma na gestão do currículo

Para que o currículo se desenvolva de forma integrada, articulando as suas vertentes nacional e regional com a local (de escola), impõe-se que os vários órgãos da escola se articulem e se concentrem no exercício das suas competências e responsabilidades.

O regulamento interno da Escola Secundária Vitorino Nemésio define as competências de cada um dos seus órgãos, que a seguir se apresentam. Para além destas, aplicam-se as competências definidas no Decreto Legislativo Regional n.º 13/2013/A, de 30 de agosto, que estabelece o Regime de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do Sistema Educativo Regional, constituindo a terceira alteração ao regime de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de junho, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 35/2006/A e 17/2010/A, respetivamente, de 6 de setembro e de 13 de abril.

Capítulo III

1. Organização escolar

1.1. Calendário escolar / horário escolar

De acordo com as premissas da legislação em vigor, compete à unidade Orgânica, no âmbito da gestão dos tempos escolares, determinar o horário e regime de funcionamento.

No que concerne ao horário escolar, as aulas decorrem em três períodos: manhã, tarde e noite, de acordo com a seguinte tabela:

Tabela 2 – Horário escolar

Horário	Turnos	
8.15-9.00	Período da manhã	
9.00-9.45		
10.30-10.45	Intervalo	
10.00-10.45	Período da manhã	
10.45-11.30		
11.30-11.45	Intervalo	
11.45-12.30	Período da manhã	
12.30-13.15		Almoço
13.15 – 13.30	Intervalo	
13.30-14.15	Período da tarde	
14.15-15.00		
15.00-15.15	Intervalo	
15.15-16.00	Período da tarde	
16.00-16.45		
18.55-20.55	Período noturno	
20.55-21.00	Intervalo	
21.00-23.00	Período noturno	

1.2. Estrutura e Organização Curricular da Escola

1.2.1 Carga Letiva

A carga letiva é distribuída, de acordo com o previsto na lei e privilegiando, sempre que possível, os seguintes aspetos:

- ☐ Distribuição das disciplinas, ao longo da semana, tendo em conta que as aulas das disciplinas com dois tempos semanais não podem ocorrer em dois dias consecutivos.
- ☐ A disciplina de Educação Física deve ocorrer em dias não consecutivos e os segmentos de 45min serão incluídos na segunda parte dos blocos de 90min, à exceção do primeiro bloco a seguir ao período definido para almoço.

- ☐ Nos ensinos básico e secundário, as opções disciplinares que não têm a totalidade dos alunos da turma devem estar no início da manhã ou final da tarde, para evitar a existência de tempos livres nos horários dos alunos.
- ☐ Uma disciplina não pode decorrer mais do que uma vez no mesmo dia, exceto nos programas formativos profissionalizantes.

1.2.2. Plano Curricular do 3º Ciclo do Ensino Básico

1.2.2.1. Ensino Regular

O Decreto Legislativo Regional n.º 21/2010/A de 24 de Junho, estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular da educação básica para o Sistema Educativo Regional. Assim, no seu anexo IV, é definida a seguinte matriz curricular do 3º Ciclo:

Tabela 3 - Matriz do 3º Ciclo do Ensino Básico Regular

		7º	8º	9º	Total obrigatório do Ciclo			
		Distribuição indicativa para o total máximo – Blocos de 90’ minutos			Mínimo de blocos de 90’		Máximo de blocos de 90’	
Português	Português	2,5	2,5	2,5	7,5			
Língua Estrangeira	Língua Estrangeira I	1,5	1,5	1,5	4	8	4,5	9
	Língua Estrangeira I	1,5	1,5	1,5	4		4,5	
Ciências Sociais e Humanas	História	1,5	1	1,5	4	7	4	8
	Geografia	1	1,5	1,5	3		4	
Matemática	Matemática	2,5	2,5	2,5	7,5			
Ciências Físicas e Naturais	Ciências Naturais	1,5	1	1	3	6,5	3,5	7,5
	Físico-Química	1	1,5	1,5	3,5			
					4			
Educação Artística	Educação Visual	1	1	1,5	2		5,5	
	Educação Tecnológica	1	1					
Educação Física	Educação Física	1,5	1,5	1,5	4,5			
Formação Pessoal e Social	Cidadania	1		1	3			
	História, Geografia e Cultura dos Açores *		1					
		Educação Moral e				1,5		
	Higiene e Saúde (a)	0,5	0,5	0,5				
Total de ano e ciclo		18	18	18	51		54	

(a) Os alunos optam por uma das duas disciplinas

- Despacho da disciplina

Na sessão do Conselho Pedagógico de 17 de Junho de 2010, decidiu-se lecionar a carga horária máxima.

Foi definido que a disciplina a concorrer, nos mesmos termos, com a opção de Educação Moral e Religiosa será a de Higiene e Saúde, cujo programa e critérios de avaliação abaixo se reproduzem:

1.2.2.1.1. Programa da disciplina “Higiene e Saúde”

Objetivos gerais do programa:

Melhorar o estado de saúde global dos jovens;

☐ **Apoiar ações de sensibilização e promoção da saúde mental;**

☐ **Promover uma intervenção continuada e baseada no conhecimento, em parceria com instituições competentes na matéria;**

☐ **Promover relações interpessoais baseadas no respeito mútuo;**

☐ **Inverter a tendência crescente de perfis de doenças associadas a uma deficiente nutrição;**

☐ **Promover a saúde dos jovens, em matéria de alimentação saudável e atividade física;**

☐ **Prevenir o consumo das substâncias psicoativas, dando ênfase às consequências negativas destas substâncias na saúde dos indivíduos;**

☐ **Contribuir para uma melhoria dos relacionamentos afetivo-sexuais entre os jovens;**

☐ **Contribuir para uma redução das possíveis consequências negativas dos comportamentos sexuais, tais como, a gravidez não planeada e as Infecções Sexualmente Transmissíveis;**

☐ **Contribuir para a tomada de decisões saudáveis na área da sexualidade;**

☐ **Dotar o discente de competências que o tornem capaz de “relacionar harmoniosamente” o corpo com o espaço, numa perspetiva pessoal e interpessoal promotora da saúde e da qualidade de vida;**

☐ **Promover debates, sessões de sensibilização e outras estratégias de trabalho continuado com os alunos e envolvendo toda a comunidade educativa.**

Tabela 4 – Programa da Disciplina de Higiene e Saúde

Unidades Temáticas	Competências	Avaliação
1.A História da Higiene 1.1. A Higiene como forma preventiva da Saúde 1.2. Parasitismo e propagação de doenças 1.2.1. Principais agentes infecciosos existentes na Região Autónoma dos Açores 1.3.Higiene e Cultura 1.3.1.Higiene e Moda 1.3.2. Higiene e Religião 1.3.3.Higiene e Autoestima 1.4. Higiene na Escola 2. Educação para a Saúde	<p>Compreender o conceito de higiene.</p> <p>Relacionar os bons hábitos de higiene com uma vida saudável. Assumir hábitos de higiene.</p> <p>Conhecer diferentes tipos de doenças.</p> <p>Relacionar determinadas doenças com a falta de higiene.</p> <p>Identificar as doenças que afetam a população da Região Autónoma dos Açores.</p> <p>Relacionar hábitos culturais com diferentes hábitos de higiene. Reconhecer o impacto negativo de algumas tendências da moda. Relacionar hábitos de higiene com diferentes religiões.</p>	<p>-Capacidade de diálogo e espírito crítico</p> <p>-Interesse e empenho nas tarefas propostas</p>

1.2.5. Plano Curricular do Ensino Secundário

A escola possui uma vasta oferta formativa no ensino secundário diurno, na qual se destaca uma vertente mais orientada para o prosseguimento de estudos de nível superior (Cursos Científico-Humanísticos), e uma vertente mais orientada para a integração no mercado de trabalho (Cursos ProFIJ).

1.2.5.1. Cursos Científico-Humanísticos

Para o Ensino Secundário, com o objetivo de prosseguimento de estudos, esta escola oferece, atualmente, os cursos de: Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Artes Visuais e Línguas e Humanidades, com os planos curriculares previstos no **Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho e a** Na componente de formação específica, a abertura das disciplinas de oferta dependente do Projeto Educativo de Escola está condicionada ao número de alunos inscritos.

1.2.2.2. Ensino Básico Recorrente por blocos capitalizáveis

A estrutura dos blocos capitalizáveis, os planos curriculares e as condições de avaliação do ensino básico recorrente mediatizado são definidas de acordo com a Portaria nº18/2010, de 17 de fevereiro, seguindo o previsto no Decreto Legislativo Regional, nº13/2002/A, de 12 abril.

Tabela 5 - Matriz do Ensino Básico Recorrente por blocos capitalizáveis (Estrutura dos blocos capitalizáveis do 3.º ciclo do ensino básico recorrente, número de horas efetivas de lecionação e precedências de cada bloco).

Bloco	Horas	Precedências
Introdução à Língua Estrangeira a)	80	-----
Língua Portuguesa I	100	-----
Língua Portuguesa II	100	Língua Portuguesa I
Língua Portuguesa III	100	Língua Portuguesa I e II
Inglês/Francês/Alemão I b)	80	-----
Inglês/Francês/Alemão II	80	Inglês/Francês/Alemão I
Inglês/Francês/Alemão III	80	Inglês/Francês/Alemão I e II
História I	50	-----
História II	50	História I

História III	50	História I e II
Geografia I	50	-----
Geografia II	50	-----
Geografia III	50	-----
Matemática I	100	-----
Matemática II	100	Matemática I
Matemática III	100	Matemática I e II
Ciências Naturais I	50	-----
Ciências Naturais II	50	-----
Ciências Naturais III	50	-----
Físico-Química I	50	-----
Físico-Química II	50	-----
Físico-Química III	50	-----

a) Disciplina a frequentar pelos alunos que se encontrem nas condições estabelecidas no n.º 2 do artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2002/A, de 12 de abril, podendo ser substituída pela frequência dos blocos I e II da correspondente língua estrangeira do 2.º ciclo do ensino básico recorrente.

b) É obrigatoriamente a mesma língua que tenha sido frequentada no 2.º ciclo do ensino básico, exceto quando o aluno tenha frequentado o respetivo bloco de iniciação. Tem como precedência a aprovação no bloco de iniciação à respetiva língua estrangeira quando o aluno não possua certificação dessa língua no 2.º ciclo do ensino básico.

1.2.5.2. Ensino Secundário Recorrente por Blocos Capitalizáveis

Esta escola oferece o Ensino Secundário Recorrente Mediatizado, de acordo com a portaria n.º 18/2010, de 17 de fevereiro, que altera o desenho curricular do Ensino Secundário Recorrente por Blocos Capitalizáveis, os planos curriculares e as condições de avaliação.

Assim, estão disponíveis para matrícula, o Curso Geral de Ciências Exatas e o Curso Geral de Ciências Humanas.

Tabela 8 - Estrutura dos blocos capitalizáveis da componente de formação geral do ensino secundário recorrente

Bloco	Horas	Precedências
Português I	100	-----
Português II	100	Português I
Português III	120	Português I e II
Inglês/Francês/Alemão I a)	100	-----
Inglês/Francês/Alemão II	100	Inglês/Francês/Alemão I
Inglês/Francês/Alemão III	100	Inglês/Francês/Alemão I e II
Filosofia I	100	-----

Filosofia II	100	Filosofia I
Iniciação à Língua Estrangeira I b)	120	-----
Iniciação à Língua Estrangeira II b)	120	Iniciação à Língua Estrangeira I
Iniciação à Língua Estrangeira III b)	120	Iniciação à Língua Estrangeira I e II
Introdução às Tecnologias da Informação c)	80	Bloco único a frequentar no 1º ano de

a) Língua estrangeira correspondente ao nível de continuação da língua. O aluno opta por frequentar uma das línguas estrangeiras para as quais possua certificação ao nível do 3.º ciclo do ensino básico ou equivalente.

b) Blocos a frequentar exclusivamente pelos alunos que não possuam certificação de uma segunda língua estrangeira no ensino básico. É ministrada em comum com os correspondentes blocos de língua estrangeira do 3.º ciclo do ensino básico recorrente.

c) Passível de dispensa mediante a realização de uma prova de avaliação diagnóstica.

Tabela 9 - Estrutura dos blocos capitalizáveis da componente de formação específica do

Curso de Ciências Exatas

Bloco	Horas	Precedências
Matemática A I	140	-----
Matemática A II	140	Matemática A I
Matemática A III	140	Matemática A I e II
Físico e Química A I	140	-----
Físico e Química A II	140	Físico e Química A I
Biologia e Geologia I	140	-----
Biologia e Geologia II	140	Biologia e Geologia I
Opção I a)	120	Aprovação nos blocos terminais das disciplinas
Opção II a)	120	Aprovação nos blocos terminais das disciplinas

a) Disciplina a escolher entre as disciplinas anuais da componente de formação específica de qualquer curso científico humanístico que seja oferecido pela escola. Deve ser observada a tabela de precedências que constitui o anexo IX, da **Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto**.

Tabela 10 - Estrutura dos blocos capitalizáveis da componente de formação específica do

Curso de Ciências Humanas

Bloco	Horas	Precedências
História A I	140	-----
História A II	140	História A I
História A III	140	História A I e II
Inglês/Francês/Alemão I a)	140	-----
Inglês/Francês/Alemão II a)	140	Inglês/Francês/Alemão I a)
Geografia A I	140	-----
Geografia A II	140	Geografia A I

Opção I b)	120	Aprovação nos blocos terminais das disciplinas
Opção II b)	120	Aprovação nos blocos terminais das disciplinas

a) Língua de iniciação (língua estrangeira III) ou continuação, obrigatoriamente diferente da frequentada na componente de formação geral.

b) Disciplina a escolher de entre as disciplinas anuais da componente de formação específica de qualquer curso científico-humanístico que seja oferecido pela escola. Deve ser observada a tabela de precedências que constitui o anexo IX, da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto.

1.2.3. Cursos de ProFIJ

A escola também oferece cursos do Programa Formativo de Inserção de Jovens, ProFIJ nível II e IV - tipo 4, regulados pela Portaria n.º 52/2016, de 16 de junho.

Tabela 6 - Matriz do ProFIJ Nível II

Componentes de formação	Disciplinas	Domínios de	Carga Horária (a)
Sociocultural	Línguas, Cultura e Comunicação	Língua Portuguesa	160
		Língua Estrangeira	120
		TIC	80
	Cidadania e Sociedade	Cidadania e Mundo Atual	160
		Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	30
		Educação Física	120
	Subtotal		
Científica	Ciências Básicas	Matemática Aplicada	180
		Disciplina específica 2	120

Subtotal			300	
			Mínima	Máxima
Tecnológica	Tecnologias	UFCD (b)	775	1250
Prática	Estágio em contexto de trabalho (c)		210	
Total			1955	2430

a) Carga horária global a compartimentar pelos dois anos do ciclo de formação, a gerir pela escola, no quadro das suas competências específicas, acautelando o equilíbrio da carga horária anual de modo a otimizar a formação em contexto escolar e a formação em contexto de trabalho.

b) Unidades de formação de curta duração - domínios de natureza tecnológica, técnica e prática estruturantes da qualificação profissional visada, constante do Catálogo Nacional de Qualificações. Carga horária variável de acordo com os referenciais do Catálogo Nacional de Qualificações.

c) O estágio em contexto de trabalho visa a aquisição e o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para a qualificação profissional a adquirir.

Tabela 7 – Matriz do ProFIJ Nível IV

Matriz Curricular dos Cursos de Nível IV – Tipo 4

Componentes de formação	Disciplinas	Domínios de	Carga Horária	
Sociocultural	Línguas, Cultura e Comunicação			
	Cidadania e Sociedade			

Prática	Estágio em contexto de trabalho	600	840

a) Cada domínio de formação organiza-se em Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), no entanto a avaliação realiza-se por domínio de formação nas componentes de formação sociocultural e científica.

b) Unidades de formação de curta duração - domínios de natureza tecnológica, técnica e prática estruturantes da qualificação profissional visada, constante do Catálogo Nacional de Qualificações. Carga horária variável de acordo com os referenciais do Catálogo Nacional de Qualificações.

Anexo V

Matriz Curricular dos Cursos de Nível IV – tipo 6

Componentes de formação	Disciplinas	Domínios de Formação (a)		
			Mínima	Máxima
Sociocultural	Línguas, Cultura e Comunicação	Língua Portuguesa (b)	75	
Científica	Ciências Básicas	Uma disciplina		
Tecnológica (d)	Tecnologias	UFCD	1050	1400
Total			1375	1750

a) Cada domínio de formação organiza-se em Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), no entanto a avaliação realiza-se por domínio de formação nas componentes de formação sociocultural e científica.

b) Carga horária correspondente ao 3.º ano da disciplina prevista para os cursos de Aprendizagem.

c) Carga horária variável em função da prevista para o 3.º ano da disciplina escolhida em função do curso.

d) Unidades de formação de curta duração - domínios de natureza tecnológica, técnica e prática estruturantes da qualificação profissional visada, constante do Catálogo Nacional de Qualificações. Carga horária variável de acordo com os referenciais do Catálogo Nacional de Qualificações.

No ano letivo 2018/2019, estão a ser lecionados os seguintes cursos de ProFIJ (desenhos curriculares - Anexo I):

Nível II – 2º Ano:

- Acompanhante de Crianças.

Nível II – 1º Ano:

Nível IV – 2º Ano:

- Artesão das Artes de Metal;

- Animador Sociocultural.

Nível IV – Tipo 4 – 1º Ano:

- Técnico de Agência de Viagens e Transportes;

- Técnica da Qualidade.

Nível IV – Tipo 6 – Ano Único:

- Técnico de Informática - Sistemas

1.2.4. Cursos Profissionais – Nível IV

No âmbito do secundário, a ESVN oferece também cursos profissionais de diferentes áreas ao abrigo do Decreto-Lei nº 91/2013, de 10 de julho.

No ano letivo 2017/2018 , está a decorrer o 3º e último ano dos seguintes cursos (desenhos curriculares- Anexo II):

- Técnico de Gestão;

- Técnico de Gestão Desportiva;

1.3. Distribuição do Serviço Docente

No final do ano letivo, nas reuniões de Departamento, os docentes apresentam uma proposta de distribuição de serviço para o ano letivo seguinte, tendo como base as áreas de afinidade com a formação ac

Tabela 4 – Programa da Disciplina de Higiene e Saúde

Para o Ensino Secundário, com o objetivo de prosseguimento de estudos, esta escola oferece, atualmente, os cursos de: Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Artes Visuais e Línguas e Humanidades, com os planos curriculares previstos no **Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho**. Na componente de formação específica, a abertura das disciplinas de oferta dependente do Projeto Educativo de Escola está condicionada ao número de alunos inscritos.

1.2.2.2. Ensino Básico Recorrente por blocos capitalizáveis

A estrutura dos blocos capitalizáveis, os planos curriculares e as condições de avaliação do ensino básico recorrente mediatizado são definidas de acordo com a Portaria nº18/2010, de 17 de fevereiro, seguindo o previsto no Decreto Legislativo Regional, nº13/2002/A, de 12 abril.

Tabela 5 - Matriz do Ensino Básico Recorrente por blocos capitalizáveis (Estrutura dos blocos capitalizáveis do 3.º ciclo do ensino básico recorrente, número de horas efetivas de lecionação e precedências de cada bloco).

Bloco	Horas	Precedências
Introdução à Língua Estrangeira a)	80	-----
Língua Portuguesa I	100	-----
Língua Portuguesa II	100	Língua Portuguesa I
Língua Portuguesa III	100	Língua Portuguesa I e II
Inglês/Francês/Alemão I b)	80	-----
Inglês/Francês/Alemão II	80	Inglês/Francês/Alemão I
Inglês/Francês/Alemão III	80	Inglês/Francês/Alemão I e II
História I	50	-----
História II	50	História I
História III	50	História I e II
Geografia I	50	-----
Geografia II	50	-----
Geografia III	50	-----
Matemática I	100	-----
Matemática II	100	Matemática I
Matemática III	100	Matemática I e II
Ciências Naturais I	50	-----
Ciências Naturais II	50	-----
Ciências Naturais III	50	-----
Físico-Química I	50	-----
Físico-Química II	50	-----
Físico-Química III	50	-----

a) Disciplina a frequentar pelos alunos que se encontrem nas condições estabelecidas no n.º 2 do artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2002/A, de 12 de abril, podendo ser substituída pela frequência dos blocos I e II da correspondente língua estrangeira do 2.º ciclo do ensino básico recorrente.

b) É obrigatoriamente a mesma língua que tenha sido frequentada no 2.º ciclo do ensino básico, exceto quando o aluno tenha frequentado o respetivo bloco de iniciação. Tem como precedência a aprovação no bloco de iniciação à respetiva língua estrangeira quando o aluno não possua certificação dessa língua no 2.º ciclo do ensino básico.

1.2.5.2. Ensino Secundário Recorrente por Blocos Capitalizáveis

Esta escola oferece o Ensino Secundário Recorrente Mediatizado, de acordo com a portaria n.º 18/2010, de 17 de fevereiro, que altera o desenho curricular do Ensino Secundário Recorrente por Blocos Capitalizáveis, os planos curriculares e as condições de avaliação.

Assim, estão disponíveis para matrícula, o Curso Geral de Ciências Exatas e o Curso Geral de Ciências Humanas.

Tabela 8 - Estrutura dos blocos capitalizáveis da componente de formação geral do ensino secundário recorrente

Bloco	Horas	Precedências
Português I	100	-----
Português II	100	Português I
Português III	120	Português I e II
Inglês/Francês/Alemão I a)	100	-----
Inglês/Francês/Alemão II	100	Inglês/Francês/Alemão I
Inglês/Francês/Alemão III	100	Inglês/Francês/Alemão I e II
Filosofia I	100	-----
Filosofia II	100	Filosofia I
Iniciação à Língua Estrangeira I b)	120	-----
Iniciação à Língua Estrangeira II b)	120	Iniciação à Língua Estrangeira I
Iniciação à Língua Estrangeira III b)	120	Iniciação à Língua Estrangeira I e II
Introdução às Tecnologias da Informação c)	80	Bloco único a frequentar no 1º ano de

a) Língua estrangeira correspondente ao nível de continuação da língua. O aluno opta por frequentar uma das línguas estrangeiras para as quais possua certificação ao nível do 3.º ciclo do ensino básico ou equivalente.

b) Blocos a frequentar exclusivamente pelos alunos que não possuam certificação de uma segunda língua estrangeira no ensino básico. É ministrada em comum com os correspondentes blocos de língua estrangeira do 3.º ciclo do ensino básico recorrente.

c) Passível de dispensa mediante a realização de uma prova de avaliação diagnóstica.

Tabela 9 - Estrutura dos blocos capitalizáveis da componente de formação específica do

Curso de Ciências Exatas

Bloco	Horas	Precedências
-------	-------	--------------

Matemática A I	140	-----
Matemática A II	140	Matemática A I
Matemática A III	140	Matemática A I e II
Físico e Química A I	140	-----
Físico e Química A II	140	Físico e Química A I
Biologia e Geologia I	140	-----
Biologia e Geologia II	140	Biologia e Geologia I
Opção I a)	120	Aprovação nos blocos terminais das disciplinas
Opção II a)	120	Aprovação nos blocos terminais das disciplinas

a) Disciplina a escolher entre as disciplinas anuais da componente de formação específica de qualquer curso científico humanístico que seja oferecido pela escola. Deve ser observada a tabela de precedências que constitui o anexo IX, da **Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto**.

Tabela 10 - Estrutura dos blocos capitalizáveis da componente de formação específica do

Curso de Ciências Humanas

Bloco	Horas	Precedências
História A I	140	-----
História A II	140	História A I
História A III	140	História A I e II
Inglês/Francês/Alemão I a)	140	-----
Inglês/Francês/Alemão II a)	140	Inglês/Francês/Alemão I a)
Geografia A I	140	-----
Geografia A II	140	Geografia A I
Opção I b)	120	Aprovação nos blocos terminais das disciplinas
Opção II b)	120	Aprovação nos blocos terminais das disciplinas

a) Língua de iniciação (língua estrangeira III) ou continuação, obrigatoriamente diferente da frequentada na componente de formação geral.

b) Disciplina a escolher de entre as disciplinas anuais da componente de formação específica de qualquer curso científico-humanístico que seja oferecido pela escola. Deve ser observada a tabela de precedências que constitui o anexo IX, da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto.

1.2.3. Cursos de ProFIJ

A escola também oferece cursos do Programa Formativo de Inserção de Jovens, ProFIJ nível II e IV - tipo 4, regulados pela Portaria n.º 52/2016, de 16 de junho.

Tabela 6 - Matriz do ProFIJ Nível II

Componentes de formação	Disciplinas	Domínios de	Carga Horária (a)	
Sociocultural	Línguas, Cultura e Comunicação	Língua Portuguesa	160	
		Língua Estrangeira	120	
		TIC	80	
	Cidadania e Sociedade	Cidadania e Mundo Atual	160	
		Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	30	
		Educação Física	120	
				380
Científica	Ciências Básicas	Matemática Aplicada	180	
		760		
			Mínima	Máxima
Tecnológica	Tecnologias	UFCD (b)	775	1250
Prática	Estágio em contexto de trabalho (c)		210	
Total			1955	2430

a) Carga horária global a compartimentar pelos dois anos do ciclo de formação, a gerir pela escola, no quadro das suas competências específicas, acautelando o equilíbrio da carga horária anual de modo a otimizar a formação em contexto escolar e a formação em contexto de trabalho.

b) Unidades de formação de curta duração - domínios de natureza tecnológica, técnica e prática estruturantes da qualificação profissional visada, constante do Catálogo Nacional de Qualificações. Carga horária variável de acordo com os referenciais do Catálogo Nacional de Qualificações.

c) O estágio em contexto de trabalho visa a aquisição e o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para a qualificação profissional a adquirir.

Tabela 7 – Matriz do ProFIJ Nível IV

Matriz Curricular dos Cursos de Nível IV – Tipo 4

Componentes de formação	Disciplinas	Domínios de	Carga Horária	
Sociocultural	Línguas, Cultura e Comunicação			
	Cidadania e Sociedade			
Prática	Estágio em contexto de trabalho		600	840

a) Cada domínio de formação organiza-se em Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), no entanto a avaliação realiza-se por domínio de formação nas componentes de formação sociocultural e científica.

b) Unidades de formação de curta duração - domínios de natureza tecnológica, técnica e prática estruturantes da qualificação profissional visada, constante do Catálogo Nacional de Qualificações. Carga horária variável de acordo com os referenciais do Catálogo Nacional de Qualificações.

Anexo V

Matriz Curricular dos Cursos de Nível IV – tipo 6

Componentes de formação	Disciplinas	Domínios de		
Sociocultural	Línguas, Cultura e Comunicação	Língua Portuguesa (b)	75	
Científica	Ciências Básicas	Uma disciplina		

a) Cada domínio de formação organiza-se em Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), no entanto a avaliação realiza-se por domínio de formação nas componentes de formação sociocultural e científica.

b) Carga horária correspondente ao 3.º ano da disciplina prevista para os cursos de Aprendizagem.

c) Carga horária variável em função da prevista para o 3.º ano da disciplina escolhida em função do curso.

d) Unidades de formação de curta duração - domínios de natureza tecnológica, técnica e prática estruturantes da qualificação profissional visada, constante do Catálogo Nacional de Qualificações. Carga horária variável de acordo com os referenciais do Catálogo Nacional de Qualificações.

No ano letivo 2018/2019, estão a ser lecionados os seguintes cursos de ProFIJ (desenhos curriculares - Anexo I):

Nível II – 2º Ano:

- Acompanhante de Crianças.

Nível II – 1º Ano:

Nível IV – 2º Ano:

- Artesão das Artes de Metal;

- Animador Sociocultural.

Nível IV – Tipo 4 – 1º Ano:

- Técnico de Agência de Viagens e Transportes;

- Técnica da Qualidade.

Nível IV – Tipo 6 – Ano Único:

- Técnico de Informática - Sistemas

1.3. Distribuição do Serviço Docente

No final do ano letivo, nas reuniões de Departamento, os docentes apresentam uma proposta de distribuição de serviço para o ano letivo seguinte, tendo como base as áreas de afinidade com a formação académica e/ou aptidão de cada professor, que será apreciada pelo Conselho Executivo.

1.3.1. Critérios de distribuição de Serviço Docente

A atribuição de turmas é da competência do Conselho Executivo, no respeito pelo que for estabelecido em Conselho Pedagógico (art. 63º do D.L.R. n.º 17/2010/A, de 13 de abril e art. 110º do D.L.R. n.º 11/2009/A, de 21 de julho).

Assim, a distribuição de serviço da componente letiva deve ser respeitar os seguintes critérios:

1. A continuidade das turmas que contenham a maioria dos alunos do ano anterior; excetuando os casos em que a incompatibilidade for notória e/ou fundamentada e reconhecida pelo respetivo Coordenador de Departamento;
2. A não acumulação de mais de três programas disciplinares num mesmo horário, mesmo nos horários a serem requisitados para afetação/contrato administrativo, salvo as exceções decorrentes dos referenciais curriculares dos cursos de ProFIJ e Profissionais e outros casos pontuais;
3. Os 7º e 10º anos devem ser assegurados por professores do quadro de nomeação definitiva, ficando garantida a distribuição dos anos subsequentes;
4. Sempre que possível, gerir de forma equilibrada o número de professores por áreas e disciplinas: o número máximo de turmas a atribuir a cada docente é de 6, em situações excecionais é de 7.
5. No caso de grupos multidisciplinares, as várias disciplinas deverão ser distribuídas de acordo com a formação académica e perfil individual dos professores do grupo disciplinar;
6. Deverá ser estipulado o princípio da continuidade de Direção de Turma, exceto por razões devidamente fundamentadas;
7. Serviço como Direções de Turma, tutorias e projetos de relevância pedagógica (por exemplo, turmas de ensino diferenciado), deve ser atribuído preferencialmente a docentes do quadro de nomeação definitiva da escola que evidenciem perfil adequado;
8. Ter presente que, no caso dos docentes desta escola que são simultaneamente docentes de 3º Ciclo e Secundário, é de todo aconselhado que se promova a rotatividade na respetiva leção, salvaguardando-se, naturalmente, as vantagens decorrentes da continuidade pedagógica da leção, mas evitando-se a “excessiva manutenção”, ora no 3º Ciclo ora no Secundário, salvo se tal for entendido pelo órgão de gestão como sendo o mais adequado, em especial para os alunos, nomeadamente tendo em conta o perfil do docente e/ou o tipo de trabalho que habitualmente desenvolve com os alunos;
9. As disciplinas de Ciências Naturais e Ciências Físico-Químicas desdobram em turnos no bloco de 90', conforme proposta do Departamento de Ciências Físico-naturais e aprovação em Conselho Pedagógico, permitindo um ensino experimental de maior qualidade.

10. As turmas 7º D, 8º A e 8º C (2016/2017) na disciplina de Matemática devem ser asseguradas por docentes do quadro de nomeação definitiva, para colmatar o défice de conteúdos programáticos e garantir que as metas de ciclo sejam alcançadas;
11. A componente tecnológica dos cursos de ProFij deve ser distribuída, sempre que possível, por mais do que um docente, de forma a assegurar diferentes abordagens pedagógicas e metodológicas.
12. Sempre que haja mais docentes interessados na distribuição do Ensino Recorrente Mediatizado do que a oferta, deve haver rotatividade nesta distribuição, sem prejuízo da manutenção das continuidades programáticas.

A distribuição de serviço da componente não letiva corresponde a 4 segmentos de 45' acrescidos do equivalente à redução por idade e tempo de serviço, sempre que esta exista, sendo dois destes obrigatoriamente destinados a atividades com alunos.

Apesar da não obrigatoriedade de permanência no estabelecimento de ensino, a componente não letiva faz parte integrante do serviço docente.

1º A distribuição de serviço, incluindo a atribuição de turmas, é da competência do Conselho Executivo da unidade orgânica onde o docente presta serviço, no respeito pelo que sobre esta matéria for estabelecido pelo Conselho Pedagógico, tendo como princípios orientadores:

- a) Sempre que um docente se mantenha na mesma escola, ser-lhe-ão preferencialmente atribuídas as turmas que contenham a maioria dos alunos por ele lecionados no ano anterior, exceto se, por razões fundamentadas, o Conselho Executivo deliberar o contrário;
- b) A distribuição das turmas pelos docentes deve ser feita tendo em conta as características da turma, a formação e experiência dos mesmos e a manutenção de equipas educativas estáveis, procurando a maximização do sucesso educativo;
- c) As turmas dos 7.º e 10.º anos devem ser asseguradas por professores do quadro de nomeação definitiva, ficando garantida a distribuição dos anos subsequentes;
- d) A não acumulação de mais de três programas disciplinares no mesmo horário, mesmo nos horários a serem requisitados para afetação/contrato administrativo, salvo as exceções decorrentes dos referenciais curriculares dos cursos de ProFij;
- e) Gerir de forma equilibrada o número de professores por áreas e disciplinas, sendo que o número máximo de turmas a atribuir a cada docente é de 6 ou, em situações excecionais, 7.

2º: Sem prejuízo do estabelecido no número seguinte, não pode ser atribuída a um docente a turma que seja frequentada por:

- a) Parente seu ou afim em qualquer grau da linha reta ou até ao 3.º grau da linha colateral;

b) Pessoa que com o docente viva em economia comum, qualquer que seja o grau de parentesco ou relação.

3º: Quando na localidade exista um único estabelecimento ministrando o ano de escolaridade frequentado e não seja possível a atribuição da turma a outro docente, por deliberação do Conselho Executivo pode ser autorizada a não aplicação do disposto no número anterior.

4º: Nas situações em que a unidade orgânica não disponha da totalidade do pessoal docente necessário para assegurar atividades letivas normais para todos os seus alunos, a distribuição de serviço terá em conta prioritariamente os alunos do ensino secundário, nomeadamente os dos anos de escolaridade mais avançados.

5º: A distribuição de serviço da componente não letiva corresponde a quatro segmentos de

45' acrescidos do equivalente à redução por idade e tempo de serviço, sempre que esta exista,

sendo dois destes obrigatoriamente destinados a atividades com alunos. ECD???

1.3.2. Apoio letivo suplementar

São apoios letivos suplementares os previstos no **Plano** Educativo Individual do aluno, o apoio a alunos provenientes de outros sistemas de ensino e o apoio que vise superar as dificuldades de aprendizagem de carácter temporário. Estes são concretizados, preferencialmente, pelo docente titular da turma, ou nessa impossibilidade por outro professor pertencente ao grupo de docência da disciplina.

Plano de apoio educativo - Anexo ? **PROSUCESSO 3 MEDIDAS**

1.3.3. Atividades de Enriquecimento / Complemento Curricular

1 - Quando não estejam reunidas as condições necessárias à leção das aulas de substituição a que se referem os artigos anteriores, devem ser organizadas atividades de enriquecimento e complemento curricular que possibilitem a plena ocupação educativa dos alunos.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, devem ser consideradas, entre outras, as seguintes atividades educativas orientadas **extracurriculares: PEE p. 24 identificar atividades extracurriculares 2018-9**

~~a) Atividades em salas de estudo;~~

~~b) Clubes temáticos;~~

~~c) Atividades de uso de tecnologias de informação e comunicação;~~

~~d) Leitura orientada;~~

~~e) Pesquisa bibliográfica;~~

f) Atividades desportivas;

g) Atividades oficiais, musicais e teatrais.

h) Ecoescolas;

Fotografia

Anexos com as linhas orientadoras de cada projeto

3 - Integram-se ainda entre as atividades educativas, a realização das substituições de curta duração a que se refere a alínea e) do n.º 5 do artigo 121.º do E.C.D.

4 - Para professores com horário completo sem redução da componente letiva ao abrigo do artigo 124.º do E.C.D., não devem ser atribuídas atividades de acompanhamento dos alunos em caso de ausência do professor, a menos que, depois de esgotado o recurso aos demais docentes, continue a verificar-se necessidade de suprir as situações de ausência.

5 - Para professores com horário completo e redução da componente letiva ao abrigo do artigo 124.º do E.C.D., a componente não letiva a nível do estabelecimento inclui a parte correspondente à redução da componente letiva em função da idade e do tempo de serviço, 50 % das quais, até ao máximo de dois tempos semanais, podem ser usadas em atividades de acompanhamento dos alunos em caso de ausência do professor.

1.3.4. Áreas Curriculares Não Disciplinares

No que concerne às áreas curriculares não disciplinares a distribuição é feita da seguinte forma:

- ☐ Cidadania – no 3º ciclo (7º e 9º) a «Cidadania» corresponde a um espaço curricular privilegiado para o desenvolvimento da formação pessoal e social e da literacia digital, a partir de um conjunto de temáticas e de orientações curriculares adequadas, e com recurso às tecnologias da informação e da comunicação, pretendendo-se que os alunos aperfeiçoem o seu domínio dessas tecnologias e reforcem a sua consciência cívica crítica e empreendedora, através do desenvolvimento de projetos com impacto na comunidade. Esta área é assegurada por um par pedagógico, sendo preferencialmente, um dos elementos, o Diretor de Turma.

- História, Geografia e Cultura dos Açores 8º ano

Passar isto para junto dos quadros das matrizes curriculares

1.4. Critérios de Nomeação de Diretores de Turma / Tutores

A atribuição do cargo é da competência do Conselho Executivo, tendo em conta as premissas incluídas na legislação.

1.5. Critérios para a constituição de turmas do 3º ciclo do Ensino Básico (substituir pelo atual)

A constituição de turmas assenta no conhecimento que os Conselhos de Turma vão adquirindo dos alunos e do Projeto Curricular de Turma que fundamentam as suas propostas. Assim, de acordo com esse princípio e no âmbito do capítulo V da Portaria Nº 75/2014, de 18 de novembro, o Conselho Pedagógico determina os seguintes critérios:

1. Manter a estrutura da turma do ano anterior, sem prejuízo de recomendações emanadas do Conselho de Turma;
2. Evitar a segregação social ou por sexos e a formação de agrupamentos de alunos que possam criar na escola fenómenos de exclusão social;

3. A elaboração de uma turma não pode, em caso algum, ser baseada na frequência ou não de uma disciplina de Educação Moral e Religiosa;
4. Os alunos provenientes de turmas com escolaridade irregular ou de outros sistemas educativos devem incorporar-se na mesma turma;
5. Respeitar o nível etário dos alunos;
6. Agrupar alunos da mesma localidade, sem prejuízo do referido em 2. (Ex: misturar alunos da Lajes e Vila Nova com os de Santa Cruz; Agualva com os da cidade; S. Sebastião, Fonte do Bastardo com os da cidade; etc.);
7. Não constituir turmas exclusivamente com alunos em situação de retenção, exceto quando tal vise a constituição de uma turma ao abrigo de um programa específico de recuperação de escolaridade;

Fechar as turmas com 23 alunos, exceto as que integram alunos com necessidades educativas especiais, que terão no máximo 20 alunos e não poderão incluir mais de 2 alunos nessas condições, ou mediante autorização da Diretora Regional da Educação e Formação, depois de ouvido o Conselho Pedagógico.

1.6. Critérios para a constituição de turmas do Ensino Secundário

A constituição de turmas assenta no conhecimento que os Conselhos de Turma vão adquirindo dos alunos e que fundamentam as suas propostas. Assim, de acordo com esse princípio e no âmbito do capítulo V, da Portaria Nº 75/2014, de 18 de novembro, o Conselho Pedagógico determina os seguintes critérios:

10º e 11º Anos

Constituir a turma, tendo em conta:

1. O Curso Científico-Humanístico em que o aluno se inscreveu;

2. No ensino secundário, o número mínimo de alunos para assegurar o funcionamento de um:

o Curso Científico-Humanístico - 15 alunos;

3. A oferta de uma disciplina de opção, depende da existência de pelo menos 10 alunos inscritos;

4. A turma padrão tem 25 alunos, exceto as que integram alunos com necessidades educativas especiais que terão no máximo 20 alunos e não poderão incluir mais de 2 alunos nessas condições.

Cursos Científico-Humanísticos e Cursos Tecnológicos

Formação Geral

Constituir a turma, tendo em conta:

1. A Língua Estrangeira (10ºano e curso profissional):

O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico (alunos de outras escolas ou de cursos do ProFIJ -nível II), iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. Essa língua poderá ser de continuação (Inglês ou Francês) ou de iniciação (Francês ou Alemão), de acordo com a alínea m) do art.º 4º do Decreto-lei n.º24/2006, de 6 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 272/2007, de 26 de Julho; Portaria 226-A/2018 e artº 14º do DL nº55/2018 de 06 de julho

2. Sempre que possível deverão ser formadas turmas puras.

Formação Específica (só para os Cursos Científico-Humanísticos):

Constituir a turma, tendo em conta:

1. A(s) disciplina(s) bienais estruturantes em que o aluno se inscreveu;

2. Sempre que possível formar turmas puras (com duas disciplinas bienais estruturantes).

12º Ano

Constituir a turma, tendo em conta:

1. O Curso Científico-Humanístico/Tecnológico em que o aluno se inscreveu;
2. A oferta de uma disciplina de opção, depende da existência de pelo menos 10 alunos inscritos;
3. A turma padrão tem 25 alunos, exceto as que integram alunos com necessidades educativas especiais que terão no máximo 20 alunos e não poderão incluir mais de 2 alunos nessas condições.

Constituir a turma, tendo em conta:

1. Precedência da Formação Geral (Português e Educação Física);

2. Igual disciplina trienal;

3. Opções da Formação Específica;

O aluno escolhe duas disciplinas, estando uma delas obrigatoriamente ligada à natureza específica do curso, podendo a outra pertencer a outra área do saber.

4. Constituir turmas tentando não agrupar mais de 3 opções;

5. Evitar coincidir disciplinas de diferentes cursos Científico-Humanísticos.

1.7. Planificação de Atividades/Calendarização

No início de cada ano letivo são inventariadas e apresentadas para apreciação em Conselho Pedagógico, as propostas de atividades a inserir no Plano Anual de Atividades da Escola, por parte dos Departamentos, do Conselho Executivo, da Biblioteca e pelos restantes serviços/estruturas que existam na escola. Ao longo do ano letivo poderão ser entregues novas propostas que, após análise do Conselho Pedagógico, serão incluídas no Plano Anual de Atividades.

No final de cada atividade, deverá ser preenchido o relatório de avaliação aprovado em Conselho Pedagógico, em formato digital, e verificar se cumprem os critérios para a atribuição de louvor (Anexo IV).

1.8. Formação Contínua ???

O levantamento das propostas de formação contínua de professores é feito, a um primeiro nível pelos departamentos curriculares, e a um segundo nível pelo Conselho Pedagógico, sendo depois enviado pela escola ao Centro de Formação das Escolas de Terceira, Graciosa e São Jorge. Em cada ano letivo, este Centro promove uma série de ações de formação, as quais os docentes podem frequentar após inscrição e seleção.

Outro processo de formação é a formação intra ou inter departamentos. Nestes casos o (s) professor (es) com maior domínio numa das áreas dará formação aos restantes professores.

Além destes, é utilizado também o sistema do docente que, após frequentar uma ação de formação externa, replica a formação internamente, ou seja, dá formação a outros docentes interessados nessa formação.

Capítulo IV

1. Aprendizagens: aquisição de saberes e concretização de objetivos

1.1. Enquadramento legal

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº46/86, de 14 de outubro, com alterações introduzidas pela Lei nº 115/97, de 19 de setembro e com as alterações e aditamentos introduzidos pela Lei nº 49/2005 de 30 de agosto) define os objetivos da educação escolar (ensinos básico, secundário e superior). São referências orientadoras para o trabalho dos professores que deverão ser ajustadas à realidade concreta de cada escola e de cada turma, mas tendo sempre presente a necessidade de contribuir para a formação integral do aluno que vê a sua escolaridade obrigatória alargada para os 18 anos de idade, de acordo com a Lei nº 85/2009, de 27 de agosto.

1.1.1. Enquadramento legislativo regional

A publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo marca o início de uma tendência de abertura progressiva do currículo nacional a adaptações de âmbito regional e local. A valorização da descentralização curricular no âmbito da legislação nacional prossegue com a criação de dispositivos de adequação do currículo nacional às características de cada escola e de cada turma

– os projetos curriculares de escola e de turma –, determinada pelo Decreto-Lei nº 6/2001.

A necessidade de equilíbrio entre a fidelidade ao currículo nacional, a valorização da autonomia curricular das escolas e a assunção de responsabilidades de política curricular a nível regional está expressa no desenho curricular presente no Decreto-Lei nº 6/2001, de 18 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 209/2002, de 17 de Outubro, e reflete as ênfases e prioridades de política curricular legitimamente assumidas na Região Autónoma dos Açores, tais como o aumento do tempo dedicado ao ensino da Língua Portuguesa e da Matemática.

Neste sentido, o despacho nº 858/2009, de 30 de Julho, possibilitou a aplicação, em regime de inovação pedagógica, durante o ano letivo de 2009-2010, de um desenho curricular que o Decreto Legislativo Regional nº 21/2010/A procura consolidar, incluindo o designado Currículo Regional da Educação Básica (CREB) que constitui

o conjunto de competências a desenvolver pelos alunos que frequentam o sistema educativo regional ao longo da educação básica, o desenho curricular, as orientações metodológicas, os possíveis contributos das diferentes áreas curriculares para a abordagem da açorianidade e as orientações para a avaliação das competências e aprendizagens dos alunos.

1.2. Articulação vertical e horizontal

O conjunto das competências gerais deve ser trabalhado e desenvolvido de forma transversal através de um conjunto de ações dinamizadas por todos os professores de cada conselho de turma de forma articulada no sentido de se realizar o trabalho em torno do mesmo objetivo: contribuir para o desenvolvimento de competências e aquisição de aprendizagens no domínio cognitivo e socioafetivo.

Relativamente a cada uma das metas curriculares em articulação com CREB que definem o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória, apontam-se algumas ações a desenvolver por cada professor da turma, de forma que o trabalho do professor se concretize, partilhando uma estratégia global de orientação para a turma, sem esquecer a necessidade da aplicação de pedagogias diferenciadas, a importância da metodologia “aprender a aprender”, a crescente valorização da vertente prática e a importância da Língua Portuguesa.

A estruturação dos programas oficiais, o tempo necessário ao seu cumprimento e o estilo de trabalho dos professores desenvolvido durante anos obrigam a uma reorganização dos métodos, à construção de uma nova perspetiva do ensino e a uma predisposição para a mudança.

- ▣ Definição de ações comuns entre os docentes de cada nível, enquadradas no espírito do P.E.E., realizadas nos Conselhos de Turma, consolidado no **PCT** e Grupos Disciplinares (articulação horizontal);

2. Procedimentos Gerais de Avaliação do Ensino Regular

2.1. Processo de Avaliação

A avaliação é contínua e assenta na recolha de dados através da aplicação de instrumentos diversificados, que permitam aferir e avaliar o desempenho do aluno desde o início do ano letivo até ao respetivo momento de avaliação.

Nos cursos do ensino profissional, a avaliação é modular, sendo o aproveitamento e a progressão aferidos através de diversos instrumentos, aplicados no âmbito de cada um dos módulos que integram a disciplina.

Nos cursos de ProFIJ (Programa de formação e inserção de jovens) e no curso Pré- Profissionalizante, a avaliação é contínua na componente sociocultural e modular na componente tecnológica, seguindo os mesmos princípios apresentados anteriormente.

2.2. Modalidades de Avaliação do 3º ciclo

☐ **Avaliação Diagnóstica** – Realiza-se no início do ciclo ou de cada ano de escolaridade, sempre que o professor não conheça a turma, permitindo aferir as competências, dificuldades, interesses e motivações dos alunos, com vista à elaboração e adequação do PCT e, consequentemente, à aplicação de estratégias de diferenciação pedagógica.

Este tipo de avaliação também pode ser utilizado, em qualquer altura do ano, com o objetivo de identificar os conhecimentos que os alunos possuem ou as competências desenvolvidas.

☐ **Avaliação Formativa** – É a principal modalidade de avaliação do Ensino Básico. Assume um caráter contínuo e sistemático e visa a regulação do ensino e das aprendizagens. Deverá fornecer ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e aos restantes intervenientes no processo informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências adquiridas, bem como das capacidades e atitudes.

☐ **Autoavaliação** – efetuada em dois momentos:

Autoavaliação e Heteroavaliação – deve ser feita no final de cada período letivo, por iniciativa de cada professor responsável pela área curricular e sempre que se julgue profícua para o processo de ensino-aprendizagem.

